

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

**Rhuan Torquato Nogueira Januário**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS  
PELAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM FOCO EM ALIMENTAÇÃO**

**RECIFE  
2025**

**Rhuan Torquato Nogueira Januário**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS  
PELAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM FOCO EM ALIMENTAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Nutrição de Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção de grau de Nutricionista.  
Área de concentração: Nutrição em saúde pública

Orientador(a): Jailma Santos Monteiro  
Coorientador(a): Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares

**RECIFE**

**2025**

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE**

Januário, Rhuan Torquato Nogueira.

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DE  
RECURSOS PELAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM FOCO EM  
ALIMENTAÇÃO / Rhuan Torquato Nogueira Januário. - Recife, 2025.**

36 p., tab.

Orientador(a): Jailma Santos Monteiro

Coorientador(a): Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Nutrição - Bacharelado, 2025.

1. Nutrição. 2. Consumo Alimentar. 3. Educação Alimentar. 4. Bolsa Família. 5. Utilização de Recursos. I. Monteiro, Jailma Santos. (Orientação). II. Tavares, Fernanda Cristina de Lima Pinto. (Coorientação). IV. Título.

610 CDD (22.ed.)

**Rhuan Torquato Nogueira Januário**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS  
PELAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM FOCO EM ALIMENTAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Nutrição de Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção de grau de Nutricionista.

Área de concentração: Saúde

Aprovado em: 12/12/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Jailma Santos Monteiro (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Dr. Pedro Israel Cabral de Lira  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Me. Ronisson Thomas De Oliveira Silva  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho e a conclusão da minha graduação  
àqueles que me apoiaram, financeiramente,  
emocionalmente ou moralmente ao longo de todo o  
curso. Em especial, a José Nogueira Filho, Anivalda  
Torquato, Ana Aline Torquato e Daniel Freitas.  
Muito Obrigado

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grato a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a minha construção profissional. Além daqueles citados na dedicatória, agradeço especialmente a:

Diogo Cirico, minha primeira referência, responsável por me proporcionar a primeira, e consequentemente mais impactante, grande lição na minha carreira. Graças ao que me foi ensinado pude me conectar com pessoas às quais somaram imensamente na minha trajetória e expandiram meus horizontes.

Rafael Gouveia, meu primeiro mentor, aquele que me mostrou que por meio do trabalho bem realizado é possível não apenas diferir da média, mas viver com prosperidade da nutrição. Todas as aptidões técnicas e empresariais passadas a mim serão de grande ajuda e redefiniram o meu ideal de nutricionista e meus objetivos de carreira.

Rubian Honorato, meu primeiro treinador, que me mostrou que ter paixão por aquilo que se faz é um grande diferencial, tanto em âmbito profissional quanto humano.

José M. Joaquim uma pessoa que transmite tranquilidade e felicidade — Algo mais raro que qualquer aptidão técnica — e que por meio da sua personalidade me permitiu perceber algo realmente importante, e infelizmente esquecível: ser genuinamente feliz.

Verei ainda mais longe por estar apoiado sobre os ombros desses gigantes.

## **RESUMO**

O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos que discutem a política social brasileira, a redução da pobreza e a promoção da inclusão social por meio de transferências condicionadas de renda. O objetivo do presente trabalho foi analisar a forma de utilização dos recursos provenientes de programas sociais, com foco no Bolsa Família, pelas famílias beneficiadas, no Brasil. Especificamente foi também analisada como é feita a distribuição dos valores recebidos para custear as necessidades básicas (alimentação, educação, saúde, entre outras). A pesquisa foi desenvolvida por meio de um levantamento bibliográfico, utilizando artigos científicos, publicações institucionais. A busca nas bases de dados resultou inicialmente em 49 publicações relacionadas aos descritores utilizados. Após a leitura dos títulos e resumos, 36 artigos foram selecionados para leitura completa. Desses, 19 estudos atenderam aos critérios de inclusão e foram considerados para análise final nesta revisão integrativa. Os resultados obtidos indicam que, no contexto urbano brasileiro, o programa tem contribuído para melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias, diminuir a vulnerabilidade social e facilitar o acesso a serviços de saúde e educação, embora apresente-se pontos de vulnerabilidade como a deficiência de micronutrientes específicos na alimentação dessas famílias.

**Palavras-chave:** Bolsa Família; políticas sociais; recursos familiares; Brasil; transferência de renda.

## **ABSTRACT**

The study is based on theoretical frameworks that discuss Brazilian social policy, poverty reduction, and the promotion of social inclusion through conditional cash transfers. This thesis aims to analyze the use of resources from social programs — focusing on the Bolsa Família Program — by beneficiary families living in Brazil, this work seeks to understand how the amounts received are allocated in daily life, considering aspects such as food, education, health, and other basic needs.

The relevance of the investigation shows that Bolsa Família resources fulfill the role of promoting greater food security and access to public services, in addition to highlighting possible limitations of the program in meeting family demands. The expected results contribute to the debate on the effectiveness of cash transfer policies, especially in Recife's urban context, making it possible to identify advances and challenges in consolidating strategies to combat social inequality.

**Palavras-chave:**

social policies; family resources; Brazil; income transfer.

## **LISTA DE ABREVIAÇÕES**

**CadÚnico** – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

**FAO** – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

**Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IpUSP** – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

**PBF** – Programa Bolsa Família

**SAN** – Segurança Alimentar e Nutricional

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

## **SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	14
<b>3.</b>	<b>REFERÊNCIAL TEÓRICO</b>	14
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS</b>	19
3.1	Objetivo Geral:	19
3.2	Objetivos Específicos:	19
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	19
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	20
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	27

## 1 INTRODUÇÃO

Um programa social é uma iniciativa destinada a melhorar as condições de vida de uma população, geralmente implementada pelo governo ou organizações não governamentais para atender a necessidades sociais específicas. Tem como objetivo promover o bem-estar social, reduzir desigualdades econômicas e melhorar a qualidade de vida de grupos vulneráveis. Um programa assim pode surgir em momentos como guerras, crise no sistema financeiro ou de manutenção do bem-estar social. Esses programas são destinados ao combate à diferença social e à pobreza, garantindo o acesso a serviços, como segurança alimentar e inclusão social (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008).

Programas de transferência condicional de renda consistem em políticas públicas que realizam transferências monetárias diretas a famílias em situação de pobreza, condicionadas ao cumprimento de compromissos nas áreas de saúde e educação, com o objetivo de reduzir a pobreza atual e futura e romper o ciclo intergeracional da pobreza (FISZBEIN; SCHADY, 2009).

Um exemplo do Programa Social, iniciado em 2003 é o Estratégia Fome Zero que tinha o objetivo de garantir o Direito à Alimentação Adequada e de qualidade (DHAA) e à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para todos os brasileiros. Visando combater a fome e suas causas estruturais, como a exclusão social, foram desenvolvidas diversas políticas públicas e mobilização social. Esse programa iniciou a partir da determinação do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que incluiu a pauta da fome como principal luta do seu governo (YASBEK, 2004).

A redução da pobreza e da desigualdade social financeira é o principal objetivo de muitos programas governamentais. No Brasil, o Programa Bolsa Família é a iniciativa que melhor retrata esse perfil. O programa surgiu em 2003, a partir da junção de programas, como o cartão alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás, com o intuito de combater a pobreza e a extrema pobreza, bem como promover segurança alimentar e nutricional em todo o país (FAHEL et al., 2012).

O programa foi oficialmente iniciado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e depois regulado por uma série de decretos. Para que fosse realizado e administrado de forma correta e não centralizada, foi feita uma reorganização nas instituições responsáveis (SANTOS, 2007).

O Bolsa Família está voltado às famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. A definição de família adotada pelo programa é a seguinte : I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros; (LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004).

Para se fazer uso do auxílio é utilizado um critério definido a partir de duas linhas de corte baseadas na renda familiar per capita. A principal regra é a renda mensal por pessoa, que significa quanto a família ganham por mês, dividido pelo número de pessoas da (LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004).

Entram na linha de pobreza extrema as famílias que apresentam uma renda familiar per capita mensal abaixo de R\$ 218,00. As famílias em situação de pobreza estão entre as duas linhas definidas, quando sua renda per capita mensal é igual ou inferior a R\$ 665,00. As famílias nessas situações têm direito a um benefício básico de R\$ 600 mensais. Somam-se a este os benefícios variáveis, o Benefício de Renda de Cidadania: R\$ 142,00 por pessoa, Benefício Primeira Infância (BPI): R\$ 150,00 por criança de até 6 anos, e Benefício Variável Familiar (BVF): R\$ 50,00 por criança de 7 a 18 anos, gestante, nutriz (mãe que amamenta) ou pessoa com deficiência (BRASIL, 2023; IBGE, 2024).

Os recursos recebidos são geralmente direcionados para cobrir despesas essenciais, como compra de alimentos, aquisição de medicamentos e pagamento de consultas médicas, materiais escolares e pagamento de transporte escolar e despesas com aluguel e contas de serviços básicos. Como todo o programa, o Bolsa Família possui limitações como dependência prolongada onde a alta demanda por assistência social pressiona o orçamento público, o que pode comprometer a ampliação e sustentabilidade do programa em tempos de crise fiscal, falta de fiscalização detalhada do uso dos recurso e cadastro desatualizado que podem gerar fraudes (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008).

Recentemente reformulado, o Programa Bolsa Família voltou ao nome original após ser nomeado como Auxílio Brasil. Este, representa uma das principais políticas públicas de transferência de renda no Brasil, com o objetivo de combater a pobreza e promover a inclusão social, sendo um dos principais impactos do programa sua influência direta na segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (SANTOS 2007, p. 25).

Saber como famílias beneficiárias utilizam os recursos provenientes do Bolsa Família, principalmente no que diz respeito à aquisição de alimentos, é fundamental para saber a efetividade do programa na promoção de uma alimentação adequada e saudável.

## **2 JUSTIFICATIVA**

Entender os padrões de uso desses recursos é importante para identificar o suporte financeiro oferecido e as reais necessidades alimentares das famílias assistidas. Além disso, o estudo pode gerar ações de educação alimentar e nutricional na região. Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar, sob a perspectiva da Nutrição, como os recursos provenientes de programas sociais impactam a alimentação das famílias beneficiadas.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nas últimas décadas os variados programas de transferência de renda vêm se difundindo de forma progressiva, em especial nos países de renda média. Estes programas trazem resultados positivos na redução da pobreza extrema e da fome, e no estímulo à produção de bens e serviços básicos, à educação e na maior igualdade de gênero e justiça social. O Programa Bolsa Família trouxe uma qualidade nova ao sistema de seguridade social do Brasil. Em décadas de história, pela primeira vez, instituiu-se um programa em âmbito nacional para a redistribuição de renda para famílias pobres. Atualmente, o programa beneficia aproximadamente 20,5 milhões de famílias, com valor médio de R\$ 682,32, conforme dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) referentes a maio de 2024 (BRASIL, 2024).

O setor responsável pelo Programa Bolsa Família é a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC. Entre as suas atividades estão o pagamento de benefícios e supervisão do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico). O CadÚnico foi criado em 2001 e vem sendo o principal instrumento público nacional para o cadastramento e manutenção de informações das famílias brasileiras.

Ele reúne informações das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Entre as informações estão renda familiar, composição da família, escolaridade, moradia e acesso a serviços públicos (BRASIL. Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, s.d.; IBGE, s.d.; BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social, 2017).

O Programa Bolsa Família estabelece regras para que o recebimento do benefício ocorra. Segue abaixo regras que se expressam em compromissos na área de educação e saúde conforme estabelece a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (BRASIL, 2023):

#### Educação

- Frequência escolar obrigatória: Crianças e adolescentes de 4 a 5 anos: frequência mínima de 60% das aulas. Crianças e adolescentes de 6 a 18 anos incompletos, que não concluíram a educação básica: frequência mínima de 75% das aulas.

#### Saúde

- Acompanhamento pré-natal para gestantes.
- Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças menores de 7 anos (pesagem, medição e vacinação).
- Cumprimento do calendário nacional de vacinação.
- Escolaridade, moradia e acesso a serviços públicos.
- 

Para o Governo, o acompanhamento das condicionalidades funciona como um instrumento efetivo de monitoramento do acesso das famílias aos serviços de assistência social, educação e saúde. Em caso de descumprimento das condicionalidades, ocorrem as seguintes consequências (BRASIL, 2020):

- Advertência: A advertência chega para a família quando ocorre o primeiro descumprimento. Nesse caso se mantém o recebimento do benefício.
- Bloqueio: O benefício pode ser bloqueado por 30 dias, quando ocorre o segundo descumprimento. Quando ocorre a regularização, o pagamento retomado no mês seguinte.
- Suspensão: Após reincidência, o benefício pode ser suspenso por período determinado, sem direito ao recebimento dos valores acumulados.
- Cancelamento: Em casos de descumprimento prolongado, o benefício pode ser cancelado, exigindo nova inscrição caso a família ainda se enquadre nos critérios de elegibilidade.

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa brasileiro de transferência direta de renda. Sua estrutura está fundamentada em torno de três dimensões: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação e articulação com programas complementares, voltados ao desenvolvimento das famílias, para que tenham condições de superar situações de vulnerabilidade e pobreza (SOUZA; OSÓRIO; SOARES, 2014).

Pesquisas sobre o Programa Bolsa Família indicam que a maior parte dos recursos transferidos é destinada ao consumo de gêneros alimentícios, seguida por despesas com educação e saúde. Em estudo com famílias rurais beneficiárias, constatou-se que cerca de 88% do valor recebido é utilizado para a compra de alimentos. Apesar de o valor do benefício ser considerado modesto, ele representa uma renda complementar essencial para as famílias, contribuindo para a melhoria das condições básicas de vida (DUARTE; SAMPAIO; SAMPAIO, 2009).

A adesão ao Programa Bolsa Família tem sido associada a mudanças significativas nos padrões de consumo de famílias em situação de vulnerabilidade social. Estudos comparativos que utilizam microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e inquéritos domiciliares mostram que, após o ingresso no programa, há uma reorganização das prioridades de gasto e um aumento na aquisição de alimentos mais variados — incluindo cereais, leguminosas, carnes e produtos lácteos — além de melhoria no acesso aos itens básicos da alimentação, o que contribui para a redução da insegurança alimentar (DUARTE; SAMPAIO; SAMPAIO, 2009; LIGNANI, 2011; MARTINS et al., 2016)

As famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família enxergam o auxílio como um importante instrumento de apoio à superação das dificuldades socioeconômicas enfrentadas no dia a dia. Para muitas dessas famílias, o benefício representa uma fonte essencial de renda, que contribui diretamente para o acesso a direitos básicos, especialmente a alimentação e a saúde. A maioria afirma que o valor recebido possibilita uma melhora significativa na qualidade da alimentação do núcleo familiar, reforçando o papel do programa na redução da insegurança alimentar (MOTOZO et al., 2022)

A exigência de frequência escolar como condição para o recebimento do benefício é geralmente compreendida como um estímulo positivo, reforçando o compromisso das famílias com a escolarização dos filhos. Nesse sentido, o Bolsa

Família é visto como um mecanismo que não apenas fornece recursos, mas também promove responsabilidade social (Barros e Soares 2017).

Por outro lado, algumas famílias expressam preocupações em relação à instabilidade do programa, demonstrando insegurança quanto à possibilidade de cortes ou bloqueios. Há também relatos de que o valor do benefício, apesar de importante, não é suficiente para cobrir todas as necessidades básicas, principalmente em contextos de desemprego ou subemprego (FAHEL et al., 2012).

Ainda assim, a maioria das famílias reconhece o Bolsa Família como um direito conquistado, onde essa percepção fortalece a autoestima dos beneficiários e reforça a importância de políticas públicas que combinem transferência de renda com estratégias de inclusão produtiva e cidadania (FAHEL et al., 2012).

Em síntese, o Programa Bolsa Família é amplamente valorizado pelas famílias assistidas. Ele é percebido como um suporte fundamental para a sobrevivência com dignidade, bem como um passo inicial para a construção de uma vida mais estável e com mais oportunidades, especialmente para as novas gerações (MOTOZO et al., 2022).

Em outubro de 2021, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, o Bolsa Família foi extinto e substituído pelo Programa Auxílio Brasil. A mudança ocorreu em um contexto de crise econômica, alta da inflação e aprofundamento da pobreza no Brasil durante e após a pandemia da COVID-19. Embora o Auxílio Brasil tenha ampliado o valor dos benefícios, ele abandonou ou flexibilizou condicionalidades históricas, como a obrigatoriedade da frequência escolar e o acompanhamento em saúde, além de modificar critérios de entrada e permanência no programa. (BRASIL, 2021)

A retirada dessas exigências gerou críticas de especialistas e gestores públicos, que alertaram para a perda do caráter estruturante do programa anterior. Sem essas condicionalidades, o Auxílio Brasil passou a ser percebido por muitos analistas como uma simples transferência de renda, sem mecanismos de incentivo à cidadania e à inclusão social. Houve também apontamentos sobre o uso eleitoreiro do novo programa, que foi reformulado às vésperas das eleições de 2022, com pouca participação dos municípios e conselhos de assistência social (CFESS, 2021). Com a posse do presidente Lula para seu terceiro mandato, em janeiro de 2023, o governo federal anunciou o fim do Auxílio Brasil e a recriação do Bolsa Família, por meio da Medida Provisória nº 1.164/2023, convertida na Lei nº 14.601/2023. O novo

modelo manteve o valor mínimo de R\$ 600,00, ampliado com adicionais por dependente e para crianças de até seis anos, e restabeleceu as condicionalidades de saúde e educação como requisitos para o recebimento do benefício (BRASIL, 2023).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, as condicionalidades são essenciais para integrar o Programa Bolsa Família à lógica de proteção social articulada, na qual a transferência de renda está vinculada ao fortalecimento da cidadania, da educação e da atenção básica à saúde. Essa configuração busca garantir que o benefício monetário esteja associado ao desenvolvimento humano e à inclusão social dos beneficiários (BRASIL, 2020; BRASIL, 2023).

O retorno do Bolsa Família, com base nos princípios do modelo original, foi bem recebido por diversas organizações da sociedade civil, especialistas em políticas públicas e instituições internacionais, como a FAO e o Banco Mundial. Para os beneficiários, a volta das condicionalidades, embora represente uma obrigação, também é compreendida como uma forma de garantia de direitos e de acesso a serviços essenciais que contribuem para a autonomia e o desenvolvimento familiar. (WORLD BANK, 2020; FAO, 2008).

## 4 OBJETIVOS

### 3.1 Objetivo Geral:

Analizar como famílias beneficiadas pelo Bolsa Família alocam os recursos econômicos.

### 3.2 Objetivos Específicos:

- Investigar a destinação dos recursos recebidos, com ênfase nos gastos relacionados à alimentação;
- Identificar os principais desafios enfrentados pelas famílias para alcançar uma alimentação adequada e saudável, mesmo com o auxílio do benefício;
- Verificar se os recursos são prioritariamente destinados à alimentação;

## 5 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa que, segundo IpuSP (2015), é definida como:

[...]uma alternativa para revisar rigorosamente e combinar estudos com diversas metodologias, por exemplo, delineamento experimental e não experimental, e integrar os resultados. Tem o potencial de promover os estudos de revisão em diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas. O método de revisão integrativa permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico. A combinação de pesquisas com diferentes métodos combinados na revisão integrativa amplia as possibilidades de análise da literatura(IpuSP, 2015, p. 2).

Foi realizado uma busca de artigos publicados, por meio da identificação do tema e palavras-chaves: “Nutrição”, “Consumo Alimentar”, “Educação Alimentar” , “Bolsa Família”, “Utilização de recursos”. 49 publicações relacionadas foram utilizados, onde após a leitura dos títulos e resumos, 36 artigos foram selecionados para leitura completa. Desses, 19 estudos atenderam aos critérios de inclusão e foram considerados para análise final nesta revisão integrativa. Foram incluídos na revisão, artigos publicados no período de 2007 a 2024, estudos em português, inglês e espanhol, trabalhos disponíveis na íntegra, estudos que abordassem, direta ou indiretamente, a relação entre o Programa Bolsa Família e os hábitos alimentares, segurança alimentar, educação nutricional ou destinação de recursos para alimentação. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam relação com o tema central da pesquisa, artigos duplicados nas bases, resumos de eventos, editoriais, cartas ao leitor e revisões sem metodologia clara e estudos com acesso restrito.

Para o levantamento dos artigos foram considerados aqueles publicados entre o período de 2007 a 2024, foram selecionados artigos que seguissem os

critérios de inclusão, que apresentaram uma ou mais das palavras-chaves apontadas e que se referem à abordagem do tema trabalhado. Foram utilizadas fontes de dados científicas e institucionais que possibilitam acesso a estudos relevantes sobre o Programa Bolsa Família e suas interfaces com a segurança alimentar e nutricional. A seleção das bases considerou a abrangência temática, a qualidade dos periódicos indexados e a disponibilidade de estudos nacionais e internacionais relacionados à área de políticas públicas, nutrição e assistência social.

O estudo adotou uma abordagem de revisão integrativa da literatura, com o intuito de analisar as evidências disponíveis em relação à influência nas práticas alimentares dos indivíduos através do Programa Bolsa Família. O método foi adotado com a finalidade de proporcionar uma análise crítica das pesquisas e estudos existentes, permitindo sintetizar e avaliar os dados, os padrões e diferenças observadas nos resultados.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tempo de duração das pesquisas durou em média três meses. Em relação ao título dos artigos, boa parte apresentou as palavras chaves: "Nutrição", "Consumo Alimentar", "Educação Alimentar", "Bolsa Família". A busca nas bases de dados resultou inicialmente em 49 publicações relacionadas aos descritores utilizados. Após a leitura dos títulos e resumos, 36 artigos foram selecionados para leitura completa. Desses, 19 estudos atenderam aos critérios de inclusão e foram considerados para análise final nesta revisão integrativa.

**Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa**

Autor/Ano	Título	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
MESQUITA JÚNIOR, A. P. da S. (2020)	O programa Bolsa Família e a segurança alimentar: breves considerações para o caso do Estado do Ceará	Analisa os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a segurança alimentar no Estado do Ceará	Estudo quantitativo com indicadores sociais baseados em PNAD e IBGE	O PBF apresentou impactos positivos, como aumento de domicílios com segurança alimentar e reduzidas desigualdades

				sociais no Ceará.
DUARTE, G. B. et al. (2009)	Programa Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre os gastos com alimentos em famílias rurais	Investigar os efeitos do PBF na alimentação infantil em comunidades rurais em todo o território nacional	Análise quantitativa para comparar famílias beneficiárias e não beneficiárias	O programa contribuiu para melhorar a segurança alimentar, mas sem alterar significativamente a diversidade da dieta
RODRIGUE S, C. T. et al. (2017)	Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil	Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família no consumo de diferentes grupos de alimentos nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.	Estudo quantitativo com dados da POF 2008-2009 para comparar beneficiários e não beneficiários	Beneficiários apresentaram menor consumo de alimentos ultraprocessados e maior consumo de alimentos in natura nas regiões analisadas.
CARVALHO, T. F. B. de et al. (2021)	Estado nutricional e segurança alimentar de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família: revisão integrativa	Revisar a literatura sobre estado nutricional e segurança alimentar de famílias beneficiárias do PBF	Revisão integrativa de estudos publicados entre 2004 e 2017 nas bases Scielo, LILACS e BVS.	A maioria dos estudos apontou impacto positivo do PBF na segurança alimentar, embora haja indícios de aumento no consumo de alimentos de baixa qualidade nutricional.
BARROS, R. P. et al. (2017)	Efeitos do Bolsa Família sobre a pobreza e desigualdade no Brasil	Avaliar o impacto do PBF sobre pobreza e desigualdade	Análise de dados secundários em âmbito nacional	Redução significativa da pobreza extrema e desigualdade social
CUNHA, R. E. da et al. (2007)	O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e cooperação intergovernamental	Analizar o PBF como política de redução da pobreza	Estudo descritivo, análise documental	PBF promove cooperação entre entes federativos e amplia acesso à renda

	tal			
MENEZES, R. D. et al. (2017)	Efeito do Programa Bolsa Família na prevalência de insegurança alimentar familiar	Analisa a influência do Programa Bolsa Família na prevalência de insegurança alimentar entre famílias beneficiárias.	Estudo transversal realizado em Santo Antônio de Jesus (BA). Utilizou regressão para estimar razões de prevalência.	O recebimento do Bolsa Família manteve associação significativa com menor prevalência de insegurança alimentar.
BAPTISTELLA, J. C. F. (2012)	Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias	Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família no consumo alimentar e no estado nutricional das famílias beneficiárias.	Estudo quantitativo, com base nos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008–2009); comparou beneficiários e não beneficiários por meio de análise estatística multivariada.	O Bolsa Família contribuiu para o aumento do consumo de alimentos básicos (como arroz e feijão) e melhoria no acesso a alimentos, embora não tenha reduzido significativamente deficiências nutricionais ou ampliado a diversidade alimentar.
FAHEL, M. C. X. et al. (2012)	O impacto do Bolsa Família na inclusão educacional: análise em Minas Gerais	Avaliar impacto do PBF na matrícula escolar	Estudo quantitativo, análise estatística	Aumento de matrículas escolares entre beneficiários
COTTA, R. M. M. et al. (2013)	Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura	Realizar uma revisão crítica dos estudos que avaliaram os impactos do Programa Bolsa Família na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.	Revisão da literatura: foram consultadas bases selecionadas para m-se estudos com dados primários que associavam PBF e	Entre os estudos selecionados, aproximadamente metade encontrou impacto positivo do PBF na segurança alimentar; porém, alguns identificaram aumento no

			segurança alimentar.	consumo de alimentos de menor valor nutricional
CHALA, D. C. B. (2011)	Impacto do programa bolsa família na educação	Analizar impacto do PBF na frequência e desempenho escolar	Monografia, estudo de caso	Melhora na frequência escolar, impacto limitado no desempenho
SOARES, S. et al. (2009)	O Programa Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira Avaliação do uso dos recursos do Bolsa Família em famílias urbanas	Avaliar os efeitos do Programa Bolsa Família sobre pobreza, desigualdade e bem-estar das famílias beneficiárias no Brasil.	Análise quantitativa de dados secundários nacionais (PNAD/IBGE), com uso de modelos estatísticos para estimar impactos do PBF sobre indicadores sociais. Estudo econômico-social	O PBF contribuiu significativamente para a redução da pobreza e da desigualdade, aumentando o bem-estar familiar e melhorando indicadores sociais básicos, especialmente entre os mais pobres.
FREITAS, E. et al. (2024)	Triagem para risco de insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de Pantano Grande/RS	Avaliar o risco de insegurança alimentar e nutricional (IAN) e seus fatores associados em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) município de Pantano Grande (RS).	Estudo transversal quantitativo com amostra de famílias beneficiárias do PBF; aplicação de instrumentos de triagem de risco de IAN e questionário de consumo alimentar.	Foi identificado alto risco de insegurança alimentar; fatores como número de moradores, hábitos alimentares inadequados e baixa frequência de consumo de frutas e verduras aumentaram a IAN
CABRAL, S. C. et al. (2014)	Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: uma análise de coorte entre	Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família na superação da insegurança	Estudo de coorte longitudinal entre 2005 e 2011; uso de dados	Constatou-se que famílias beneficiárias apresentaram redução maior na insegurança

	2005 e 2011	alimentar entre famílias ao longo do tempo.	nacionais de renda e insegurança alimentar;	alimentar ao longo dos anos em comparação com não-beneficiárias.
SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. (2013)	A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009.	Discutir segurança alimentar no país	Artigo de opinião e análise	Necessidade de políticas complementares para SAN
SANTOS, I. S. (2007)	Bolsa Família: aspectos positivos e negativos do programa	Analizar concepções e críticas ao PBF	TCC em Ciências Econômicas	Reconhece avanços no combate à pobreza, mas aponta assistencialismo
NORONHA, C. A. (2013)	Bolsa Família e possíveis reconfigurações da pobreza	Analizar impactos do PBF na configuração da pobreza	Dissertação em Ciências Sociais	Mudança no perfil da pobreza, mas manutenção de vulnerabilidades
LICIO, E. et al. (2009)	Programa Bolsa Família: uma análise de sua focalização	Avaliar focalização do PBF	Texto para discussão do Ipea	PBF apresenta boa focalização em famílias pobres, mas há falhas
FERRARIO, M. N. (2014)	The impacts on family consumption of the Bolsa Família subsidy programme	Analizar os impactos do Programa Bolsa Família sobre diferentes categorias de consumo das famílias brasileiras	Estudo quantitativo baseado nos microdados da POF; aplicação de modelos econométricos para estimar variação no consumo por categoria	O programa aumentou os gastos familiares em itens essenciais, incluindo alimentos, higiene pessoal e materiais escolares, indicando ampliação da capacidade de consumo e melhorias no bem-estar dos beneficiários

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essas mudanças mostram que houve um aumento na capacidade de compra, o que contribui para melhorias na saúde nutricional, especialmente de crianças e idosos (SOARES & SÁTYRO, 2009; CABRAL et al., 2014). As condicionalidades do programa, que exigem acompanhamento de saúde e educação, também ajudam a fomentar uma conscientização sobre a importância da nutrição para o desenvolvimento infantil e bem-estar da família (SOARES & SÁTYRO, 2009; CUNHA & PINTO, 2007). Os adolescentes entrevistados relatam que a experiência da insegurança alimentar envolve estratégias familiares para priorizar alimentos básicos e preparar refeições simples, reforçando a importância do benefício para a alimentação cotidiana, mostrando que o benefício ainda não é o suficiente para garantir uma alimentação diversa (SERENINI et al., 2023).

Além da alimentação, aumentou-se os gastos com itens de higiene pessoal e doméstica, que anteriormente eram deixados de lado em função da falta de recursos (FERRARIO, 2014). Na área da educação, há um crescimento nos gastos com material escolar, refletindo o cumprimento das condicionalidades do programa relacionadas à frequência escolar (FERRARIO, 2014).

É importante observar que, mesmo com a melhoria no padrão de consumo, com o valor do benefício ainda não dá para cobrir todas as necessidades familiares. Despesas com moradia, transporte e vestuário, por exemplo, continuam sendo parcialmente cobertas ou dependem de outras fontes de renda. Além disso, o padrão de consumo apresentado pelas famílias beneficiárias ainda não garante a plena SAN (SEGALL-CORRÊA et al., 2013; FREITAS et al., 2024; BAPTISTELLA 2012).

A análise dos dados coletados, revelou informações importantes sobre a forma como os recursos do benefício são utilizados, especialmente no que diz respeito à alimentação e à nutrição dos membros familiares. De modo geral, observou-se que a maior parte dos estudos mostrou que o valor do benefício é prioritariamente para a compra de alimentos básicos (BARROS & SOARES, 2017; SOARES & SÁTYRO, 2009).

Também foi identificado que, na maioria dos casos, os valores recebidos são insuficientes para garantir uma alimentação variada e nutricionalmente equilibrada. Muitos beneficiários possuem dificuldades em adquirir frutas, legumes, carnes e outros alimentos considerados mais caros. Por isso, são feitas adaptações por parte das famílias, como substituições alimentares e priorização de alimentos que

promovem maior saciedade, mesmo que com menor valor nutricional. Essas estratégias, embora compreensíveis diante da realidade econômica vivida, podem comprometer a qualidade da dieta e contribuir para um padrão alimentar inadequado a longo prazo (COTTA & MACHADO, 2013; BAPTISTELLA, 2012).

O tempo de duração das pesquisas durou em média três meses. Em relação ao título dos artigos, boa parte apresentou as palavras chaves: "Nutrição", "Consumo Alimentar", "Educação Alimentar", "Bolsa Família". A busca nas bases de dados resultou inicialmente em 49 publicações relacionadas aos descritores utilizados. Após a leitura dos títulos e resumos, 36 artigos foram selecionados para leitura completa. Desses, 19 estudos atenderam aos critérios de inclusão e foram considerados para análise final nesta revisão integrativa.

Esses estudos abordam diferentes aspectos relacionados ao Programa Bolsa Família e sua interface com a segurança alimentar e nutricional, especialmente no que se refere ao uso dos recursos recebidos para a aquisição de alimentos, mudanças de hábitos alimentares, e a presença de intervenções educativas e nutricionais.

Este trabalho mostrou a influência do valor recebido pelo programa, nas práticas alimentares de pessoas assistidas, reunindo evidências de estudos que aplicaram intervenções educativas com foco na promoção de hábitos e práticas alimentares saudáveis. Os resultados dos estudos mostraram um impacto positivo dessas intervenções na obtenção de conhecimentos e na mudança de comportamentos alimentares, essenciais para a melhoria da qualidade de vida (RODRIGUES et al., 2017; JÚNIOR & PAULO, 2020)

A presente revisão integrativa permitiu reunir e analisar publicações científicas que abordam a utilização dos recursos do Programa Bolsa Família (PBF) por famílias beneficiárias, com foco na sua destinação à alimentação. De modo geral, os estudos incluídos apontam que os recursos transferidos pelo programa são utilizados para suprir necessidades alimentares básicas, desempenhando papel central na garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) dessas famílias, mas também mostra que, embora o programa seja efetivo, existem desafios importantes relacionados à qualidade da alimentação. Estudos relatam que, mesmo com o benefício, o padrão alimentar das famílias permanece pobre em diversidade e micronutrientes, o que pode levar à coexistência de deficiências nutricionais e quadros de excesso ou baixa de peso (IBGE, 2024).

Também foi observado nos estudos é que, apesar da prioridade dada à alimentação, parte dos recursos também é direcionada a outras necessidades básicas, como higiene, vestuário e transporte, onde o uso adequado dos recursos está diretamente relacionado à presença de outros fatores de apoio, como acesso à educação alimentar e nutricional, acompanhamento por equipes de saúde da família e existência de políticas públicas complementares (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008).

O programa atua como um importante mecanismo de proteção social, especialmente em comunidades marcadas por desigualdades socioespaciais. O benefício auxilia na variação do consumo alimentar, na diversificação da dieta e na redução da insegurança alimentar, com impactos positivos mais evidentes em famílias chefiadas por mulheres. Apesar de sua relevância, o valor recebido ainda é considerado insuficiente para suprir todas as necessidades básicas de alimentação e moradia (BRASIL, 2023).

A pesquisa também revelou que o condicionamento do benefício à frequência escolar das crianças e ao acompanhamento de saúde fortalece a integração do programa com outras políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento infantil e a promoção da cidadania. Esses mecanismos contribuem para romper ciclos intergeracionais de pobreza, reforçando a função educativa e preventiva do programa (IBGE, 2024).

Por outro lado, existem os desafios que comprometem a melhor efetividade do Bolsa Família, como a dependência prolongada do benefício, a necessidade de atualização constante do Cadastro e a falta de fiscalização detalhada sobre o uso dos recursos. Além disso, a alta demanda por assistência social pressiona o orçamento público e pode limitar a expansão e sustentabilidade do programa em períodos de crise fiscal (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008).

A análise do conjunto de dados e publicações revisadas mostrou que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados, uma vez que foi possível identificar as potencialidades e os desafios do Programa Bolsa Família na promoção da segurança alimentar e nutricional. O estudo demonstrou que, embora o programa contribua significativamente para reduzir a fome e a pobreza, ainda enfrenta limitações operacionais e financeiras que comprometem seu alcance pleno.

Dessa forma, o Bolsa Família deve ser compreendido como parte integrante de uma política pública intersetorial, que precisa ser articulada com ações de geração de emprego e renda, educação de qualidade, e incentivo à produção e

consumo de alimentos saudáveis. Essa integração é fundamental para garantir sustentabilidade e efetividade a longo prazo, fortalecendo o papel do programa (BRASIL, 2023; IBGE, 2024).

## 7 CONCLUSÃO

Os estudos analisados nesta revisão integrativa demonstram que os recursos do Programa Bolsa Família são majoritariamente destinados à aquisição de alimentos básicos, contribuindo de forma significativa para a garantia mínima da segurança alimentar das famílias beneficiárias. Os estudos analisados demonstraram que o benefício financeiro representa um importante suporte na garantia da segurança alimentar mínima, sendo amplamente destinado à aquisição de alimentos básicos.

Embora o programa contribua para o aumento da quantidade de alimentos consumidos, ainda persistem limitações quanto à qualidade nutricional da dieta das famílias beneficiadas. As evidências apontam que o valor do benefício, por si só, não é suficiente para garantir uma alimentação saudável e diversificada, sobretudo em contextos marcados por alta nos preços dos alimentos, dificuldades de acesso físico e desigualdades regionais.

Diante disso, conclui-se que o Programa Bolsa Família cumpre um papel relevante na redução da insegurança alimentar e na proteção social das populações vulneráveis, mas que seus efeitos sobre a nutrição e a saúde das famílias podem ser ampliados a partir de ações complementares. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre a qualidade da alimentação das famílias beneficiadas, considerando aspectos regionais, culturais e socioeconômicos, além de estudos longitudinais que avaliem os impactos do programa ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

ALAS-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ARRETCHE, Marta T. S. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 7-10, São Paulo: ANPOCS, 2003.

BARROS, R. P.; SOARES, S. S. Efeitos do Bolsa Família sobre a pobreza e desigualdade no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 48, n. 2, p. 97-112, 2017.

BAPTISTELLA, Juliana Carolina Frigo. Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, Brasília, DF, v. 3, p. 26-53, 2012. Disponível em: <https://rbaval.org.br/journal/rbaval/article/doi/10.4322/rbma201203003>

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2004/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2004/L10.836.htm).

BRASIL. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2021-2024/2021/lei/L14284.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2021-2024/2021/lei/L14284.htm)

BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre o Programa Bolsa Família e o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 jun. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm)

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Departamento de Condicionalidades. Guia para acompanhamento das

condicionalidades do Programa Bolsa Família. 1. ed. atual. Brasília: Ministério da Cidadania, jan. 2020. 56 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Guias\\_Manuais/Acompanhamento\\_condicionalidades.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/Acompanhamento_condicionalidades.pdf)

BRASIL. Ministério da Cidadania. Informe nº 696, de 9 de janeiro de 2020: Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Brasília, DF, 2020. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_bolsa\\_familia/2020/janeiro/boletim\\_BFInforma696.html](https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2020/janeiro/boletim_BFInforma696.html)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Caderno de gestão municipal do Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsa-familia/arquivos/caderno-de-gestao-municipal-bolsa-familia.pdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Bolsa Família contempla 20,8 milhões de famílias em maio. Brasília: Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/bolsa-familia-contempla-20-8-milhoes-de-familias-em-maio>

CABRAL, Sérgio C.; et al. Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: uma análise de coorte entre 2005 e 2011. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, p. 2443-2452, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/X5jY7YPtcTbshQC6VP8WXMF/>

CARVALHO, Taciana Fonseca Braga de; SÁ, Thais da Silva; RUAS, João Pedro Paulino; VIEIRA, Maria Aparecida; SAMPAIO, Cristina Andrade. Estado nutricional e segurança alimentar de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família: revisão integrativa. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online,

Rio de Janeiro, v. 12, p. 593-602, maio 2021. Disponível em:  
<https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/8961>

CHALA, Débora Costa Branco. Impacto do programa bolsa família na educação. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em:  
<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/35174?show=full>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Nota pública do CFESS sobre o anúncio do “Auxílio Brasil”, programa de transferência de renda do governo federal. Brasília, 2021. Disponível em:  
<https://www.cfess.org.br/noticia/view/1833>

COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 33, n. 1, p. 54-60, jan. 2013. Disponível em:  
<https://iris.paho.org/handle/10665.2/9220>

CUNHA, Rosani Evangelista da; PINTO, Bruno Henrique Benfica da Câmara. O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental para sua implementação. [?], 2007. Disponível em: <https://ipcid.org/publication/mds/19M.pdf>

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. Programa Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 47, n. 4, p. 903–918, 2009. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/341718>

ESTRELLA, Juliana; RIBEIRO, Leandro M. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 351–367, mai./jun. 2008. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rap/a/HKpRZSG5MCjjCdCQqw7KdKF/?format=html&lang=pt>

FERRARIO, Marcela Nogueira. The impacts on family consumption of the Bolsa Família subsidy programme. *CEPAL Review*, n. 112, p. 137-154, 2014.

Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/dab8825bc82c-4857-b468-287a8d28663f/content>

FAHEL, Murilo Cássio Xavier; CANAAN, Mariana; CABRAL, Bruno; BAHIA, Matheus. O impacto do Bolsa Família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais. *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 98–126, 2012. DOI: [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v14i30.12831](https://doi.org/10.26512/ser_social.v14i30.12831). Disponível em: <https://repositorio.fjp.mg.gov.br/items/6ea2b417-b416-4858-876e-8dfbc3721609/full>

FISZBEIN, Ariel; SCHADY, Norbert. Conditional cash transfers: reducing present and future poverty. Washington, DC: World Bank, 2009. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/db93c3fe-1810-5834-a9da-c1386caa0323>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Civil society remains actively engaged in food security policy. [s.l.]: FAO, 2008. Disponível em: <https://www.fao.org/4/ai799e/ai799e00.pdf>

FREITAS, Eduarda; BUENO, Marilene Cassel; KIRSTEN, Vanessa Ramos; BLÜMKE, Adriane Cervi. Triagem para risco de insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de Pantano Grande/RS. Ágora (St. Cruz Sul, Online), v. 26, n. 1, p. 117-135, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/agora/article/view/19322/11736>

IBGE. Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico: metadados. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mds/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico>

LICIO, Elaine; RENNO, Luciana Mendes; CASTRO, Jorge Abrahão de. Programa Bolsa Família: uma análise de sua focalização. Brasília: Ipea, 2009. 56 p. (Texto para Discussão, n. 1424). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1424.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1424.pdf)

LIGNANI, J. de B. Changes in food consumption among the Programa Bolsa Família participant families in Brazil. Public Health Nutrition, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/changes-in->

food-consumption-among-the-programa-bolsa-familia-participant-families-in-brazil/  
0F1734240379FD57ABC9CFB568464C02

MENEZES, Ramon Dias; DEMÉTRIO, Fran; SOARES, Micheli Dantas; HENRIQUE, Flávia Conceição dos Santos; PANELLI-MARTINS, Bárbara Eduarda; AMPARO-SANTOS, Lígia. Efeito do Programa Bolsa Família na prevalência de insegurança alimentar familiar. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 41-52, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8642164>

MESQUITA JÚNIOR, Antônio Paulo da Silva. O programa Bolsa Família e a segurança alimentar: breves considerações para o caso do Estado do Ceará. *Revista UEG de Economia*, Anápolis, v. 16, n. 1, p. 65-82, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/download/7197/5259/27196>

NORONHA, Clarissa Aguiar. *Bolsa Família e possíveis reconfigurações da pobreza*. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/6c3e7ab9-a08d-4824-a709-67166b55e1df>

MOTOZO, Vanessa Patrícia P.; RIBEIRO, Luciana Cisoto; OLIVEIRA, Rinaldo Eduardo Machado de; GOULART, Juliana Letícia P.; FRANCO, Laercio Joel. Food and Nutritional Insecurity of Bolsa Família Program Beneficiaries. *O Mundo da Saúde*, v. 46, n. 3, 2022. DOI: 10.15343/0104-7809.202246321330. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/1406>.

RODRIGUES, Cristiana Tristão; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro; PRIORE, Silvia Eloiza; SPERANDIO, Naiara. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1771-1780, jun. 2017. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/d3f5dcfe-f332-42c9-be59-74aa1ea02981>

SANTOS, Iuri Sampaio. *Bolsa Família: concepções, aspectos positivos e negativos deste programa de transferência de renda com enfoque no assistencialismo*. 2007. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9775/1/TCC%20luri%20Sampaio.pdf>

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARANHÃO, H. S.; SANTOS, M. P. Segurança alimentar no Brasil: proposições e recomendações. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 5, p. 1293-1296, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>

SENNNA, M. C. M. et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalização no campo da política social brasileira? *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/hX4ns6S33QgXP6SDjYQf6bH/abstract/?lang=pt>

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, Texto para Discussão n. 1424, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/e63f429d-d344-4b11-acb3-4a5a9526fc7c>

SOUZA, Pedro Herculano G. Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon. Bolsa Família (Family Grant): Redesigning the Conditional Cash Transfer Program in Brazil. *Journal of Social Science for Policy Implications*, v. 2, n. 1, p. 35–49, 2014. Disponível em: [https://jsspi.thebrpi.org/journals/jsspi/Vol\\_2\\_No\\_1\\_March\\_2014/7.pdf](https://jsspi.thebrpi.org/journals/jsspi/Vol_2_No_1_March_2014/7.pdf)

WORLD BANK. Strengthening conditional cash transfers and the Single Registry in Brazil: A second-generation platform for service delivery for the poor. Washington, DC: World Bank, Apr. 22 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/results/2020/04/22/strengthening-conditional-cash-transfers-and-the-single-registry-in-brazil>

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 25, n. 77, p. 11–29, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wMXBqGcc6RRfyvLXFpC6hRm/?format=pdf&lang=pt>

